

## ESTABELECIMENTO DE ESTÂNCIAS: ESTRATÉGIAS DOS LIMITES DE FRONTEIRA DO BRASIL – URUGUAY NO SÉCULO XIX

*Juliana Rossato Santi<sup>1</sup>*  
*Saul Eduardo Seiguer Milder<sup>2</sup>*

1- Acadêmica do Mestrado de Integração Latino Americana da UFSM, Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas - LEPA. End. Res. Rua Erly de Almeida Lima, 188, Camobi, Santa Maria – RS, 97105-120, e-mail: jsanti@mail.ufsm.br

2- Professor da UFSM, Coordenador do Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas, Orientador da dissertação - LEPA. Rua Floriano Peixoto, 1184-Prédio Anexo. Santa Maria-RS, 97105-372 e-mail: milder@ccsh.ufsm.br

**Palavras-chave:** estâncias, fronteira sudoeste, século XIX

**Área do Conhecimento:** VII – Ciências Humanas

A definição das estâncias do século XIX, na fronteira sudoeste do Rio Grande do Sul como objeto de estudo, se projeta a uma tentativa de demonstrar a formação de centros urbanos, partindo da apropriação da terra.

Com a doação das sesmarias e a implantação das estâncias em um período histórico de indefinições, o estado brasileiro transformou-se num verdadeiro palco de batalhas, a partir de um processo de apropriação e demarcação territorial. Limitaremos o estudo ao período de 1801, com o Tratado de Badajós até 1851, quando se dá o Tratado de Limites com algumas emendas e modificações em 1852. Tem-se por objetivos:

- A construção de um conceito próprio para as estâncias da fronteira sudoeste, apresentando também sua significação sob a ótica de vários autores;

- A consolidação das estâncias como definidoras e demarcadoras dos limites da fronteira sudoeste dentro do estado do Rio Grande do sul;

- A revelação do ambiente estancieiro a partir de descrições bibliográficas no tocante a cultura material e construtiva destas estâncias.

O atual estado do Rio Grande do Sul e o Uruguai no século XVIII faziam parte de um mesmo espaço, que estava em

construção; seria uma fronteira com ampla circulação de pessoas e mercadorias, no qual os súditos de uma e de outra Coroa (Portuguesa e Espanhola) instalavam-se conforme fosse mais fácil sua sobrevivência, independente das fidelidades estatais.

O século XIX para o Rio Grande do Sul foi um período muito fértil em disputas internas e externas como a Guerra Cisplatina, a Guerra do Paraguai, a Revolução Farroupilha e outras. As populações que aqui se instalaram adaptaram seu cotidiano a realidade guerreira. Assim, dentro deste espaço fronteiriço e rural se definem e se aprofundam algumas relações que sobrepõem aos aparelhos de controle do Estado. Portanto, as tentativas de regram a prática de doações de terras parece não terem sido respeitadas.

Neste período, o estado brasileiro passa por mudanças significativas no tocante à sua formação como Estado Nacional (a vinda da Coroa Portuguesa ao Brasil, e logo depois a declaração de independência de Portugal). A partir de então, o Estado na figura de Dom João VI, passa a interessar-se pelas limitações de suas fronteiras, providenciando e instalando reforços que se definem por serem desde postos militares até simples estâncias.

Dentro de um universo rural e longínquo, a fixação de pessoas a terra se torna necessária, devido às sucessivas tentativas de domínio espanhol pela fronteira. A região sudoeste do estado vai ser definida pelas limitações territoriais estancieiras e configurada culturalmente dentro destes padrões.

Essa situação conflitiva estabelecida entre os dois impérios ibéricos, Espanha e Portugal, provinha de tentativas de expansão econômica e territorial. Fazem parte dessa história, vários atores sociais, que no decorrer deste período desempenharam suas funções para a formatação dos atuais Brasil e Uruguai. Percebe-se através de Osório (1990, p.10), que o processo de apropriação territorial não se deu de forma natural, mas através da limpeza dos campos: massacre e extermínio indígenas, subordinação dos gaúchos “changadores”, e ainda, do impedimento de colonos de se espalharem pelos campos. A grande propriedade do século XIX no Rio Grande do Sul serviu à elite militar e foi amplamente defendida por ela, permitidos pela Coroa, pensando em preservar o seu espaço colonial. De certa forma, a legislação que regia a doação de sesmarias ajudou a essa classe, devido aos altos custos dos tramites de obtenção das mesmas.

Segundo GOMES (2001) a Campanha conquistada torna-se uma região cujo empresamento econômico se tornou viável. A partir da implementação deste tipo de estabelecimento que se denominou “estância”, originou-se uma estrutura social e econômica baseada na pecuária. O núcleo produtivo denominado Estância pode ser compreendido atualmente, como um estabelecimento rural, voltado para uma economia de mercado com base na produção pecuarista.

Alguns historiadores mencionam a existência de estâncias no Rio Grande do Sul desde o século XVII. Identificadas como sendo as estâncias missioneiras, que ainda não realizavam uma comercialização intensa com mercados externos, assim, direcionando a criação principalmente para a subsistência dos povoados jesuíticos locais, portanto, com uma formatação diferente das estâncias do século XIX.

BORGES FORTES (1998, p.23), identifica a presença dos padres Jesuítas como sendo os iniciantes povoadores e futuros estancieiros, nas terras sulinas. Considera, entretanto, que na origem do estabelecimento de tipo “estância”, foram precursores os jesuítas, estabelecidos no Rio Grande do Sul por volta de 1626, quando ainda era denominado como região do Tape. Assim, a estância, na acepção de estabelecimento de criação de gados, veio das missões jesuíticas.

QUEVEDO (1986, p.31), também assinala a prática de estanciar como sendo promovida ainda no século XVII, mesmo reconhecendo que a palavra estância e seu derivado estancieiro aparecem na América no começo do século XVI. Assim, as primeiras estâncias localizadas que se conhece foram sediadas na banda setentrional do Rio da Prata, proximidades da Colônia do Sacramento, e datam de 1694, apenas quatorze anos após a fundação da fortaleza.

Considera-se o fato de que a maioria dos centros urbanos da região sudoeste foram fundados a partir de estruturas que se formam dentro das próprias estâncias, com a instalação de capelas de cunho religioso e principalmente católico. Assemelha-se, portanto, do início do processo de “colonização” do estado do Rio Grande do Sul, que também passa pela evangelização e a criação de estruturas estancieiras ligadas à igreja católica na figura dos jesuítas.

O Império Espanhol, na figura do futuro Estado Nacional Uruguaio, exerce uma função aproximada ao império Português no que se refere à expansão territorial e apropriação de terras, o qual acirra ainda mais as relações entre os mesmos.

Como é destacado em MURAS (1983, p. 23):

El problema permanente del asentamiento demográfico tomó estado crítico especialmente en tres momentos. Inmediatamente a la revolución independentista, durante e inmediatamente a la terminación de la Guerra Grande y en el último cuarto del siglo XIX. Durante el primer periodo el problema de asentamiento de la población rural, principal material humano de las guerras revolucionarias fue atendido por las medidas del gobierno Artiguista, en

especial el reglamento provisorio de 1815 y los repartos de tierras rurales.

Durante a la Guerra Grande y su terminación, el país presenta una gran disminución de su riqueza pecuaria; una acentuada dispersión de la población y una situación de desamparo de las familias rurales. Pero el período que reviste real importancia en relación con la colonización corresponde al último cuarto del siglo XIX durante el cual se dio una situación crítica de desarraigo de grandes masas rurales, que determinará el intento de su afincamiento en colonias agrarias. MURAS (1983, p. 24)

Esta situación configura una causa más de la formación de colonias agrarias en el territorio, suscitándose a partir de fines del siglo numerosas disposiciones legales, propuestas de particulares y concesiones para ubicar en colonias agrarias para campesinos criollos; disposiciones en que algunos casos se ligaron con problemas de salvaguarda de la soberanía de territorios fronterizos, estableciéndose la colonización como medio de contener la penetración de elementos brasileños. MURAS (1983, p. 25)

O processo de distribuição de sesmarias para a região hoje denominada por Rio Grande do Sul está diretamente ligada a idéia de jurisdição que regia o Estado Imperial Brasileiro, que por sua vez seguia a de Portugal, desde o início. Foi sofrendo alterações no decorrer dos séculos, devido a certos abusos de ordem extensiva por parte dos sesmeiros (os que recebiam porções de terras por sesmarias).

Conforme PESAVENTO (1994, p.15) ao redor da terceira década do século XVIII, teve início o processo de distribuição das sesmarias, definindo-se a posse do gado e da terra, com o estabelecimento das estâncias. A coroa distribuiu terras aos tropeiros que se sedentarizaram ou aos militares que deram baixas e se afazendaram. No Rio Grande do Sul, o critério da capitalização prévia não era definidor, e as sesmarias eram concedidas como retribuição a serviços militares prestados.

Osório (1990, p.49) destaca que todas as terras pertenciam à Coroa. Eram repartidas em sesmarias sem ônus temporário ou perpétuo de encargos senhoriais, constituíam-se, portanto,

enquanto propriedade livre e hereditária, sem entraves, não comportando qualquer tipo de dependência pessoal.

Somente no século XIX é que irá se definir a posse do território agora estabelecido como brasileiro, criando assim uma identidade heterogênea mas baseada no sangue das lutas pela terra.

A fronteira sudoeste delimitada como a região da Campanha, abrange politicamente segundo RAMBO (1994, p.48), os municípios de Livramento, Uruguaiana, Quaraí, Alegrete, Rosário e São Gabriel, bem como partes de outros oito municípios que somam juntos 50.000 Km<sup>2</sup>, considerando-se todos, ou somam-se 32.994 Km<sup>2</sup>, apenas os municípios mencionados.

Defendemos o princípio de que, a partir da doação das sesmarias, é que se instalam as estâncias para somente mais tarde, termos os primeiros municípios ou cidades, delimitados e organizados.

O século XIX é, portanto um momento chave, quando se definirão os territórios, as elites econômicas e políticas dos emergentes Estados Nacionais. Inserido neste contexto histórico, o século é importante para a definição final do Estado do Rio Grande do Sul.

Até este período, início do século XIX, os estados nacionais não estavam consolidados quanto aos territórios fronteiriços que, ora pertenciam a um país, ora a outro. Não havendo neste espaço, um sentimento nacional territorial.

Os colonizadores, Portugueses e Espanhóis, criam para si próprios os direitos sobre a terra e a partir daí, vão empregando palavras e gestos próprios marcados pelo sentimento de posse aos países que demarcam a região.

O mundo Latino Americano foi fundado, no século XVI, por um cataclismo: a conquista. E o povoamento segue neste ritmo, ele vai ocorrendo no rastro de bens utilizáveis (metais, escravos, terras cultiváveis). Assim, a idéia de identidade vai perpassar o sentimento de nação. Os países latinos americanos possuem uma história colonial muito semelhante, de lutas e de dominação, e nesse sentido, a idéia de limites territoriais neste espaço ainda é confundida.

Reforçando essas idéias, a reconstrução do social é feita a partir do indivíduo ativo e aqui através do riograndense e do uruguaio, ou seja, latino americanos que vivem em sua territorialidade, e que elaboram discursos, imagens e representações às vezes coletivas.

Contudo, havia uma necessidade por parte das forças imperiais de demarcação final destas linhas de fronteira. Mas, como descrito em FILHO, várias impossibilidades que se alastravam por este território.

FILHO (1985, p.05-06) descreve que os poucos registros sobre as cidades sulinas que possui o século XIX são referentes a expedições guerreiras, impulsionadas pela política expansiva, dos governos contemporâneos, ou provocadas por algum caudilho ambicioso, ou ainda pelo interesse comum do povo soberanisado que, nesta parte da antiga província, disputou muitas vezes, palmo a palmo, o domínio direto de sua terra natal. Por isso na mesma época nossas atuais fronteiras oscilavam numa espécie de fluxo e refluxo, constantemente sujeitas a varia sorte das armas, nas intermináveis guerras de limites, feitas ao modo de extermínio, como eram então as que sustentavam com os nossos vizinhos uruguaiois. Assim era que muitas vezes a nossa linha divisória avançava muitas léguas, sobre o país vizinho, fazendo reconcentrar o adversário para o interior das suas terras, por mais ou menos tempo, até que o repellido, reunindo novas forças ou aproveitando alguma circunstância favorável para uma boa sortida, reconquistava o território que perdera.

No mesmo século, ocorrem importantes avanços, refletindo um incremento comercial e de uma população que postula uma nova identidade e opções quanto à forma de viver. O campo aos poucos deixa de ser o único espaço disponível, dos portos e postos militares surgem as cidades, as chácaras, mas a estrutura econômica pecuarista mantém a estância como a base mais sólida da economia e da sociedade riograndense. O estado nacional brasileiro é assim definido.

#### Referências Bibliográficas

AVÉ – LALLEMANT, Robert. **Viagem pela Província do Rio Grande do Sul (1858)**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo, ed. Da Universidade de São Paulo, 1980..

CARNEIRO, David. **História da Guerra Cisplatina**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.

FORTES, Borges. **Troncos Seculares-O povoamento do Rio Grande do Sul**. 2ª ed. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1998.

FREIRE, Flamarion da Fontoura Gomes. **Aspectos da Cultura Material e Espacialidade na Estância Velha do Jarau (1828-1905). Um estudo de caso em Arqueologia Histórica Rural**. Porto Alegre: Editora da Puc/RS, 2001.

HORMEYER, Joseph. **O Rio Grande do Sul de 1850: Descrição da Província do Rio Grande do Sul no Brasil Meridional**. Porto Alegre: Editora EDUNISUL, 1986.

MURAS, Otília. **Colonización agraria en el Uruguay**. Universidad de la Republica, Facultad de Arquitectura, Instituto de Historia de la Arquitectura, Montevideo, Uruguay, 1983.

NETO, J. S. L. **Lendas do Sul**. Porto Alegre, Globo, 1983.

OSÓRIO, Helen. **Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, 1990.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. 2. Ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.

PONT, Raul. **Campos Realengos - Formação da Fronteira Sudoeste do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Renascença, Vol.1, 1983.

QUEVEDO, Raul. **As estâncias e as Charqueadas**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1986.

RAMBO, Balduino S.J. **A Fisionomia do Rio Grande do Sul**. 3 ed. São Leopoldo: Editora da UNISINOS, 1994.

REVERBEL, Carlos. **O Gaúcho: Aspectos de sua formação no Rio Grande e no Rio da Prata**. Porto Alegre: PM Editores Ltda, Coleção Universidade Livre, 1986.

SAINT-HILAIRE, August de. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. 2ed. Porto Alegre, 1987.

SILVA, J. Resende. **A Fronteira do Sul. Estudo: Geográfico, econômico, histórico e fiscal**. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro, 1922.

SOUZA, Suzana Bleil de. **A fronteira do sul: trocas e núcleos urbanos- Uma aproximação Histórica**. In: LEHNEN, Arno C; CASTELLO, Iara R.; SHAFER, Neiva

TRINDADE, Miguel Jacques. **Alegrete do século XVII ao século XX**. Porto Alegre: Movimento, Vol.1, 1985.

VELLINHO, Moisés. **A Formação do Rio Grande do Sul**. In: DAMASCENO, Athos; RAMBO, Balduino; REVERBEL, Carlos; CESAR, Guilhermino; FERREIRA, João Francisco; VELLINHO, Moisés; ROSA, Othelo. **Fundamentos da Cultura Riograndense**. Porto alegre: Faculdade de Filosofia/UFRGS, 1957.